

A matemática escolar do curso ginásial no colégio Taylor-Egídio (1950-1959)

School mathematics at the Taylor-Egídio junior high school (1950-1959)

MALÚ ROSA BRITO GOMES¹

CLAUDINEI DE CAMARGO SANT'ANA²

Resumo

O artigo trata de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado com o objetivo de reconstruir, na perspectiva da História Cultural, uma história do ensino da Matemática no curso ginásial do Colégio Taylor-Egídio (CTE), no município de Jaguaquara/BA, no período de 1950 a 1969. Contudo, neste texto, abordaremos apenas como se constituiu o ensino da Matemática em meados da década de 50 do século XX, no CTE. Utilizando a principal fonte documental escolar, os diários de classe de Matemática, a investigação possibilitou verificar que os impactos da Reforma Capanema ainda eram presentes nos anos de 1950, no currículo da Matemática escolar nesta instituição de ensino.

Palavras-Chave: *História do Ensino da Matemática Escolar; Curso Ginásial; Colégio Taylor-Egídio.*

Abstract

The article deals with a research developed under the Master course in order to reconstruct, in the perspective of Cultural History, a history of mathematics teaching at the Taylor-Egídio junior high school (CTE) in Jaguaquara, Bahia, in the period from 1950 to 1969. However, in this paper, we will solely discuss the teaching of mathematics in the mid-50s of the XX century, at the CTE. From the school's main documentary source, the diaries of the math class, the research enabled to identify that the impacts of the Capanema reform were still present in the 1950s, in the high school mathematics curriculum of this educational institution.

Keywords: *History of School Mathematics Teaching; Junior High school; Taylor-Egídio High school.*

Introdução

Este artigo sintetiza alguns dos resultados da pesquisa apresentados na dissertação intitulada “A transição do clássico para o moderno: o ensino da matemática no colégio

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – malwrosa@gmail.com

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – claudinei@ccsantana.com

Taylor-Egídio (CTE) no município de Jaguaquara - BA (1950-1969)³”, pela qual utilizamos, como fonte histórica, documentos escolares, mais especificamente, os Diários de Classe de Matemática do curso ginásial⁴ (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries) e as leis educacionais⁵ vigentes no período. Estabelecemos para a pesquisa a seguinte questão norteadora: como se constituiu o ensino da Matemática no curso ginásial do Colégio Taylor-Egídio (CTE) entre os anos 1950 e 1969?

Neste texto, entretanto, nos delimitaremos a apresentar como se desenvolveu o ensino da Matemática escolar no curso ginásial do CTE, apenas no decurso da década de 50 do século XX. Sendo assim, nosso objetivo foi compreender como se constituiu o ensino de Matemática nos anos de 1950 usando apenas os diários de classe de Matemática do curso ginásial no período de 1950 a 1959 e, os Programas de Matemática expedidos na Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942⁶, uma vez que o novo Programa de Matemática para o curso ginásial só foi expedido no ano de 1951, pela Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951⁷. Desse modo, consideramos que foi preciso um tempo para conhecimento desses novos programas e uma adequação no cenário educacional brasileiro para o ensino secundário.

Para alcançarmos o objetivo da pesquisa fizemos a análise dos conteúdos registrados nos Diários de Classe de Matemática de 1950 a 1959 confrontando-os com os Programas de Matemática para o curso ginásial, expedidos na Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942. Para tanto, tivemos como critério de análise, comparar os conteúdos da Matemática descritos nos diários de classe de Matemática, no período investigado

³ Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *Campus* de Jequié - BA.

⁴ Nomenclatura utilizada no período para se referir às séries do ensino fundamental II atualmente.

⁵ Programas de Matemática para o curso ginásial, expedidos na Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942 e na Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951.

⁶ Os programas de Matemática expedidos nessa portaria ministerial foram utilizados na pesquisa para análise dos conteúdos descritos pelos professores no período de 1950 a 1954. Isso foi necessário porque um novo programa foi expedido na Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951.

⁷ Os programas de Matemática expedidos nessa portaria ministerial foram utilizados nessa pesquisa para análise dos conteúdos descritos pelos professores no período de 1956 a 1966, pois não encontramos outros programas de Matemática que foram expedidos para o ensino secundário no período mencionado. Embora a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tenha se dado no ano de 1961 (Lei 4.024 de 1961), apenas um reajustamento dos programas foi feito em 1951. Identificamos também que os livros didáticos utilizados por professores de Matemática no período de 1961 a 1967 estão em conformidade com a Portaria nº 1.045 de 14/12/1951, logo o desenvolvimento do ensino de matemática nesse período foi direcionado pelos programas de Matemática expedidos nessa portaria. Além disso, a partir do ano de 1966, nossos olhares se direcionam para a inserção dos conteúdos da Matemática Moderna no currículo escolar da disciplina Matemática no cenário nacional.

em relação aos conteúdos previstos para o Programa de Matemática do curso ginásial na Reforma Capanema, expedidos na Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942 e, também se haviam nos registros destes conteúdos, indícios da interligação dos ramos da Matemática. Além disso, procuramos analisar ainda, a materialidade da fonte histórica em questão - o diário de classe - e suas devidas modificações ao longo dos anos.

O desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem da Matemática, observado na análise dos conteúdos registrados nos diários de classe, encontra-se inserido na cultura escolar, “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). Conforme a época, essas normas e práticas se dispõem de acordo com determinadas finalidades, que podem ser de ordem religiosa, sociopolítica ou, simplesmente, de socialização.

Para entendimento dessa cultura escolar como objeto histórico, Julia (2001) apresenta três eixos: interessar-se pelas normas e finalidades que regem a escola; avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador; interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares. Na nossa investigação, o eixo da análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares foi o mais explorado, tendo em vista que analisamos os assuntos descritos nos diários de classe, confrontando-os com a legislação educacional vigente, embora os demais eixos também tenham sido foco da pesquisa.

Debruçamo-nos sobre as contribuições teóricas das disciplinas escolares, que Chervel (1990, p. 207) afirma serem constituídas

por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposições, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades.

Compreendemos, assim, que não só a explicação de conteúdos numa disciplina escolar tem relevância para a sua constituição; é preciso acrescentar a realização de atividades, as atitudes de motivação e as tarefas avaliativas. É necessário, também, considerar que a maneira como a disciplina escolar é elaborada e organizada está estritamente ligada aos objetivos e propósitos da época.

A criação do primeiro colégio batista brasileiro: o Colégio Taylor-Egídio

Ao chegarem a terras brasileiras, os dois casais de missionários norte-americanos, William Buck Bagby e sua esposa Anne Luther Bagby e Zacarias Clay Taylor e sua esposa Kate Crawford Taylor, conheceram o ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque, e, juntos, viajaram por todo o Brasil para conhecer as diversas regiões. Após muitas orações, os missionários resolveram escolher a antiga capital do Império, Salvador, no estado da Bahia, para sede da missão. Como pouco trabalho evangelístico tinha sido tentado naquele centro, por qualquer denominação, almejavam “pregar o evangelho onde Cristo não era conhecido, para não edificar sobre alicerces alheios” (HARRISON, 1987, p. 33). Estas foram as considerações que os levaram à escolha de Salvador:

Com exceção do Rio de Janeiro, é a maior cidade do Império. Escolhemos a Bahia por diversas razões: Primeiro: pela sua grande população, sendo o número de habitantes mais ou menos 200.000. Encontramos ali as massas do povo ao alcance imediato. Segundo, a região que cerca a cidade é muito povoada. É campo de lavoura e mui produtivo. A população é mais sedentária que a de vida pastoril. Terceiro, é ligada pelo mar com outros pontos importantes; por baías e rios com grandes cidades e vilas e por duas linhas de estrada de ferro com muitos lugares no interior. Quarto, teremos também na Bahia, um campo quase desocupado, enquanto que no Rio se acham seis ou oito missionários de outras denominações evangélicas. Na Bahia há dois apenas e estes dos Presbiterianos do Norte dos Estados Unidos. Não há qualquer obreiro nacional na província da Bahia, se não nos enganamos, enquanto que nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, há um bom número de missionários e obreiros nacionais...

Assim, a Bahia, com a região em redor, está mais necessitada do que as províncias do sul. (CRABTREE, 1962, p. 73-74)

Oficialmente, a Primeira Igreja Batista Baiana e também Primeira Igreja Batista Brasileira com culto em português foi criada “aos 15 de outubro de 1882, constituída do irmão W. B. Bagby e esposa D. Ana; o irmão Z. C. Taylor e sua esposa D. Kate; e o ex-padre, o irmão Antonio Albuquerque Teixeira” (CRABTREE, 1962, p. 75).

A princípio, o culto era frequentado por afrodescendentes, uma vez que Salvador era o principal porto de comércio de escravos; mais tarde, alguns homens brancos apareceram e, finalmente, mulheres brancas começaram a frequentá-lo. As atividades desenvolvidas para propagação batista estavam sendo satisfatórias, houve aumento significativo do número de batismos e obreiros, e a quantidade de sermões por semana se intensificou

em vários lugares da cidade, com maior interesse da população em conhecer os princípios da religião batista.

Entretanto, mesmo com o bom andamento das atividades voltadas à propagação da religião, ocorriam perseguições, manifestações com atitudes agressivas aos batistas, gritarias em ruas das cidades, perturbações em cultos e batismos – “perseguição, [ora] doenças, dificuldades com a assimilação da língua, saudades dos parentes e da terra natal distante” –, mas nada disso foi motivo suficiente para os missionários encerrarem seus trabalhos. Pelo contrário, todas as atividades da missão foram realizadas, mesmo com todos os obstáculos; e, assim, aconteciam os cultos, os batismos, as pregações.

Porém, outras dificuldades chegaram com o nascimento dos filhos e se intensificaram pela necessidade de escola para as crianças. Iniciou-se, então, o desafio de fundar escolas.

Outros motivos, que não estavam ligados a questões familiares tampouco à “perseguição do clero à obra batista; a discriminação dos estudantes nos colégios católicos e a necessidade de autoafirmação dos batistas, quanto à sua capacidade e preparo intelectual” (O JORNAL BATISTA, 1992, p. 09), levaram os missionários a enfrentar esse desafio. Era a vontade de converter os brasileiros para Cristo, uma vez que esses colégios “deveriam se constituir em campos missionários, com mais possibilidades de sementeira da palavra de Deus em corações de brasileiros, ainda nos seus primeiros anos de vida” (O JORNAL BATISTA, 1992, p. 09), viabilizando, assim, a propagação dos preceitos batistas ao longo da vida do indivíduo.

Para a criação do primeiro colégio batista na Bahia, Zacarias C. Taylor obteve o auxílio da sua esposa Laura Taylor e o subsídio financeiro do capitão Egídio Pereira de Almeida. Com uma família constituída pela esposa Maria Rosa de Andrade Almeida e dezessete filhos, que ainda não tinham sido escolarizados, o capitão Egídio, posteriormente à sua conversão e ao andamento das atividades de evangelização, chegou à conclusão de que seria coerente a criação de um estabelecimento de ensino que possibilitasse o acesso ao conhecimento a seus filhos e outras crianças e jovens e que estivessem vinculados com os preceitos religiosos batistas.

Com este objetivo, o capitão Egídio Pereira de Almeida foi a Salvador “conferenciar com o missionário Taylor e sua digna esposa, propoz-lhes fornecer os meios para a

fundação, sob a direção destes, de um collegio⁸ americano de primeira ordem” (O JORNAL BATISTA, 1901, p. 01).

Uma vez acatada a ideia, o capitão disponibilizou recursos financeiros para comprar mobiliário e material pedagógico, como “carteiras das mais aperfeiçoadas, com assento de graduação, cartas geográficas e históricas, mapas dissecantes e em caixas com cilindros movidos por mola, a terra e a lua, pedra e giz em cores” (CRABTREE, 1962, p. 155), entre outros que foram encomendados nos Estados Unidos. Com todos os preparativos bem adiantados e, se aproximando o dia da instalação do colégio, o capitão Egídio inesperadamente adoeceu e faleceu. No entanto, mesmo adoentado, antes de morrer, deixou recomendações de que fossem tomadas todas as providências necessárias para a fundação do colégio. Assim, em março de 1898, foi inaugurado, na Rua do Collegio, n.º 32, em Salvador, o Colégio Americano Egídio, de tal modo denominado em homenagem aos seus fundadores, os missionários Zacarias C. Taylor (norte-americano) e o capitão Egídio Pereira de Almeida (brasileiro), idealizadores da educação batista que almejaram, projetaram e executaram no primeiro Colégio Batista Brasileiro.

A Sra. Laura B. Taylor⁹, com a experiência que havia adquirido nos Estados Unidos como normalista, se encarregou das atividades de ensino, tornando-se a diretora do colégio. Inicialmente, atendendo a crianças de quatro a seis anos de idade no jardim de infância¹⁰, estudantes de sete anos em diante para a escola regular,¹¹ o colégio “tinha quatro professores, além da diretoria” (CRABTREE, 1962, p. 156). Embora com a estrutura e organização bem consolidadas, este “collegio teve que lutar contra mil preconceitos que existiam para com tudo o que fosse de procedência protestante, de maneira que só se matriculavam em suas aulas filhos de pais crentes e os de amigos declarados” (O JORNAL BATISTA, 1901, p. 01). Com o tempo, porém, o Colégio Americano Egídio foi adquirindo prestígio e confiança diante da população baiana, independentemente da opção religiosa, começando em maio de 1898 com onze alunos e terminando o ano com setenta (CRABTREE, 1962).

Embora com vários obstáculos enfrentados de 1898 até 1919, o Colégio Americano Egídio, com os lucros oriundos das mensalidades pagas pelos alunos, conseguia manter-

⁸ É importante ressaltar que outras tentativas de criação de colégios batistas ocorreram no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, contudo não obtiveram êxito.

⁹ Laura Taylor foi diretora do Colégio Americano Egídio no período de 1898 a 1909.

¹⁰ Nomenclatura utilizada na época para denominar o curso primário no período.

¹¹ Nomenclatura utilizada na época para denominar o curso secundário ou ensino fundamental II no período.

se financeiramente até meados dos anos de 1919, quando sofreu uma grave crise financeira. Tendo sérias dificuldades para se manter, a direção não encontrou solução mais adequada a não ser fechar as portas para tentar, por meio de esforços, transferir o Colégio Americano Egídio para outro estado brasileiro.

Desse modo, no período de 1919 até 1922, o Colégio Americano Egídio não desenvolveu suas atividades educacionais. Mas, com a doação de terras¹² feita por João Pereira de Almeida, filho do capitão Egídio Pereira de Almeida, novas perspectivas se abriram para o colégio, entretanto em Jaguaquara, município localizado no interior do estado da Bahia. Portanto, a escolha do município de Jaguaquara se deu em virtude da doação de terras pela família do capitão Egídio Pereira de Almeida, que residia e possuía propriedades nesse município.

No período da transferência do colégio de Salvador para Jaguaquara, eram responsáveis pela direção do colégio F. Willard Taylor, M. G. White e John Tumblin,¹³ que, também, pensaram na alteração do nome para Colégio Americano Brasileiro. Belmira Almeida Coutinho, filha do capitão Egídio, interveio e solicitou que o nome do seu pai não fosse retirado. Assim, uma vez que a direção também não gostaria de deixar de fazer menção ao nome do missionário norte-americano¹⁴, Zacarias C. Taylor, também fundador do colégio, Belmira sugeriu que a denominação fosse formada pela junção do nome dos dois fundadores – Taylor e Egídio.

Assim, em meados do ano de 1922, o Colégio Taylor-Egídio (CTE) reabriu suas portas no município de Jaguaquara, com o curso primário e, em 1942, foi criado o curso ginásial, com o objetivo não apenas de atender às demandas educacionais, mas, também, propagar os princípios da Igreja Batista.

Reforma Capanema

A Reforma Capanema, coordenada por Gustavo Capanema¹⁵, aconteceu na década de 40 do século XX e vigorou até os anos de 1961. A proposta “preservava a divisão do ensino secundário em dois ciclos, o primeiro ciclo compreendia um só curso, o ginásial, e o segundo compreendia dois cursos paralelos, o clássico e o científico”

¹² Fazenda Bela Vista, um terreno com dez mil metros quadrados e três casas.

¹³ Missionários norte-americanos que estiveram na direção do colégio, no período de 1922 a 1926.

¹⁴ Enfatizamos que, na denominação Colégio Americano Egídio ou Colégio Americano Brasileiro, o “Americano” faz referência a um dos fundadores do colégio, o missionário norte-americano, Zacarias C. Taylor.

¹⁵ Em 1934 assumiu o Ministério da Educação e, no ano de 1936, iniciou a elaboração do Plano Nacional de Educação.

(SOARES, F. S; DASSIE, B. A; ROCHA, J. L., 2004, p. 11). Capanema, que também apresentou à Presidência da República a Lei Orgânica do Ensino Secundário¹⁶, ciente das concepções negativas dos professores de Matemática e demais profissionais da educação, em relação às mudanças realizadas pela Reforma Campos, procurou atuar como mediador das propostas de elaboração de um novo programa¹⁷ de ensino para o curso secundário (SOARES, F. S; DASSIE, B. A; ROCHA, J. L., 2004, p. 08).

Durante a Reforma Capanema, foi expedido o Programa de Matemática para o curso ginásial, pela Portaria nº 170 de 11/07/1942¹⁸, com previsão de três aulas semanais e a seguinte distribuição do conteúdo: para a 1ª e 2ª séries: I - Geometria Intuitiva e II – Aritmética Prática. Para a 3ª e 4ª séries: I – Álgebra e II – Geometria Dedutiva.

A elaboração dos programas de Matemática ficou a cargo de uma comissão, da qual Euclides Roxo era um dos integrantes, mas cujas ideias não eram as únicas discutidas. As ideias de Roxo não tiveram boa aceitação, em especial aquela referente à unificação dos ramos da Matemática. Portanto, durante as décadas de 1940 e 1950, embora tenha prevalecido uma única disciplina, a Matemática, não vingou a fusão de seus ramos, por isso cada um deles ser tratado em separado (DASSIE, 2001).

Depois da Reforma Capanema somente em 1951 aconteceram novas modificações nos programas do ensino secundário. Regulamentados pela Portaria Ministerial nº 966, de 2 de outubro de 1951¹⁹, sob a responsabilidade do ministro da Educação Simões Filho²⁰, os novos programas²¹ tinham como principal objetivo realizar uma revisão dos conteúdos e das orientações pedagógicas das disciplinas do ensino secundário (MARQUES, 2005).

No que diz respeito aos programas de Matemática, a Portaria de 1951 previa a carga horária semanal de 3 horas e a seguinte estruturação: 1ª série: Aritmética (Números

¹⁶ Lei de 09 de abril de 1942.

¹⁷ Esse novo programa será expedido pela Portaria Ministerial de 11/07/1942. Falaremos dessa portaria e seus respectivos programas a seguir.

¹⁸ Ver em MARQUES, Alex Sandro. Tempos Pré-modernos: a matemática escolar dos anos 1950. 2005.161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁹ Posteriormente, essa legislação será denominada “Portaria de 1951”.

²⁰ Ernesto Simões da Silva Freitas Filho nasceu em Cachoeira, Bahia, no dia 4 de outubro de 1886. Formou-se pela Faculdade Livre de Direito da Bahia. Político, jornalista e empresário, foi ministro da Educação e, em outubro de 1912, fundou o Jornal “A Tarde”. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/>> . Acesso em 18 Jan. 2015.

²¹ O Programa de Matemática expedido na Portaria de 1951 foi um programa simplificado, denominado Programa Mínimo, uma vez que era notável a diferença quantitativa de conteúdos que seriam essenciais para serem ministrados no curso ginásial nos anos de 1950. MARQUES, A. S. Tempos Pré-modernos: a matemática escolar dos anos 1950. 2005.161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Inteiros; Operações Fundamentais; Números Relativos; Divisibilidade aritmética; Números Primos; Números Fracionários) e Sistema Legal de Unidades (Unidades e Medidas Usuais); 2ª série: Aritmética (Potências e Raízes; Expressões Irracionais) e Álgebra (Cálculo Literal; Polinômios; Binômio Linear, Equações e Inequações do 1º grau com uma incógnita; Sistema Lineares com duas incógnitas); 3ª série: Aritmética (Razões e Proporções; Aplicações Aritméticas), Álgebra e Geometria (Figuras Geométricas Planas; Retas e Círculo; Linhas proporcionais; Semelhança de Polígonos; Relações Trigonométricas no triângulo retângulo; Tábuas naturais); 4ª série: Álgebra (Trinômio do segundo grau; Equações e inequações do 2º grau com uma incógnita) e Geometria (Relações métricas nos polígonos e no círculo; Cálculo de π ; Áreas de figuras planas).

Conforme a Portaria de 1951, que previa a elaboração dos planos de desenvolvimento dos programas mínimos²², em 14 de dezembro de 1951, pela Portaria Ministerial nº 1045, o Ministério da Educação e Saúde aprovou os planos, juntamente com as instruções metodológicas para o ensino secundário.

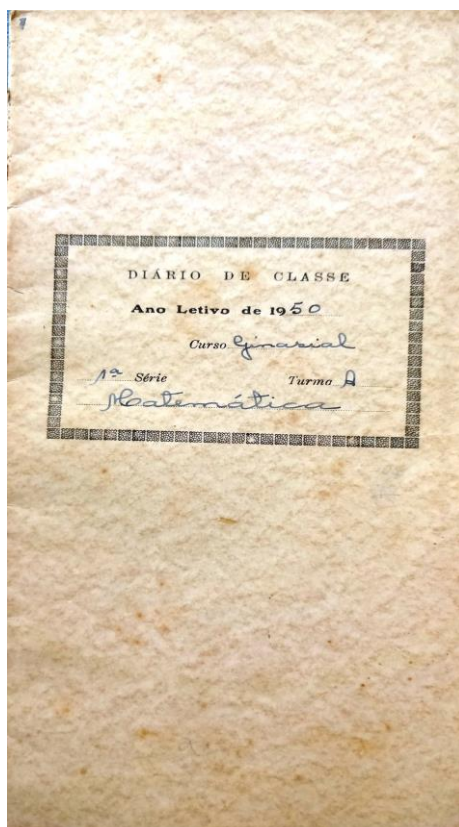
Os Diários de Classe

Analisando os diários de classe de Matemática do Colégio Taylor-Egídio, observamos que, no período pesquisado, de 1950 a 1959²³, eles apresentam um formato retangular vertical, na capa consta a denominação “Diário de Classe” e há espaços para indicação do ano, curso, série e turma e, logo em seguida, uma linha para especificação da disciplina (Imagem 1).

²² Cabe salientar que ficou estabelecido que os estados poderiam elaborar seus próprios programas, desenvolvidos a partir de Programas Mínimos. MARQUES, A. S. Tempos Pré-modernos: a matemática escolar dos anos 1950. 2005.161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

²³ Com exceção dos diários de classe dos anos de 1951, 1956 e 1959 (foram encontrados apenas os diários de classe de Matemática das 3ª e 4ª séries do curso ginásial), os diários de classe do ano de 1957 não foram encontrados.

Imagem 1 – Capa do Diário de Classe de Matemática do CTE do ano de 1950



Fonte Arquivos da Secretaria do Colégio Taylor-Egídio

Na capa dos diários de classe dos anos de 1952 e 1953, constatamos uma diferença: a inserção de um espaço destinado ao registro do nome do professor. A partir de 1954, além do espaço para registrar todas as informações já mencionadas, existe um espaço para registro de mais uma informação, o nome do estabelecimento. Dessa forma, percebemos que, com o passar do tempo, o formato do diário de classe, embora seja o mesmo, vai apresentando outras informações.

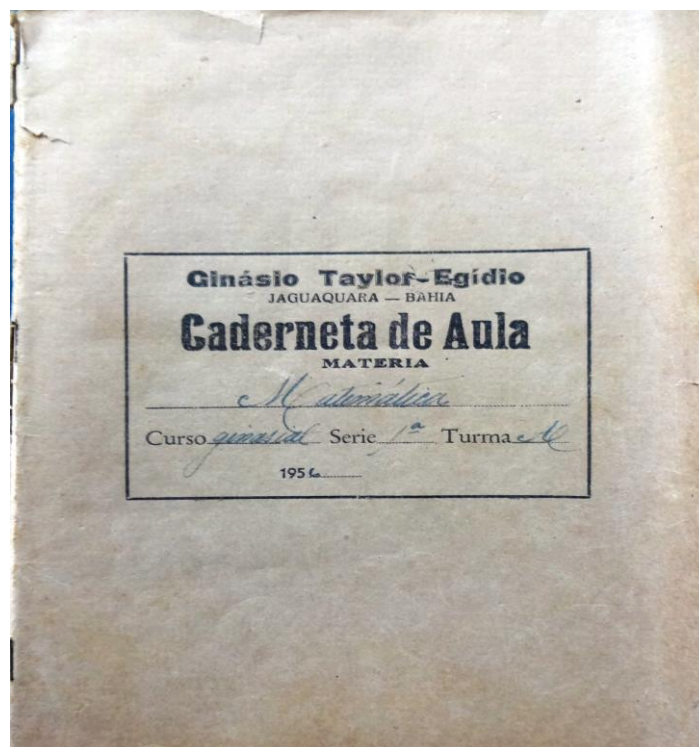
Apenas nos anos 1951, 1956 e 1959²⁴, ocorre uma exceção a esse modelo: no ano de 1951, eles apresentam um formato retangular e são maiores do que os diários dos demais anos. Na capa, há espaço para registro apenas da disciplina e do ano, enquanto, nas páginas, consta espaço para registro da disciplina, série, turma, mês, data da aula, número mensal de faltas, observações e discriminação da matéria lecionada.

Os modelos dos diários do ano de 1956 têm formato quadrado e, na capa, a denominação “Ginásio do Colégio Taylor-Egídio Jaguaquara-Bahia”; “Caderneta de

²⁴ No ano de 1959, só foram encontrados os diários de classe de Matemática das 3ª e 4ª séries do curso ginasial.

Aula”; e espaços específicos para a matéria, o curso, a série, a turma e o ano (Imagem 2).

Imagem 2 - Capa do Diário de Classe de Matemática do CTE do ano de 1956



Fonte: Arquivos da Secretaria do Colégio Taylor-Egídio

As capas dos diários de classe do ano de 1959 são muito parecidas com as dos diários do ano de 1956, a única diferença é que o nome do estabelecimento, da cidade e do estado deve ser preenchido manualmente.

As páginas do diário de classe do CTE, no período de 1950-1959²⁵, para serem utilizadas, devem ser abertas, a fim de que dois outros espaços retangulares da folha apareçam para registro de informações. Nessas páginas, há espaço específico para preenchimento da série, turma, disciplina, mês e ano. Também existe espaço para elencar o nome completo dos alunos e registrar as suas faltas. Existe, ainda, espaço para o total de faltas, média das notas, dia da aula, matéria lecionada e observações (Imagem 3). Salientamos que esses registros eram feitos manualmente pelo professor.

²⁵ Com exceção dos anos de 1951, 1956 e 1959.

Imagem 3 – Página do Diário de Classe de Matemática do CTE do ano de 1950

Série		Turma		Disciplina: <i>Matemática</i>							Mês de <i>março</i> de 19 <i>50</i>			
NOME									DATA DA AULA	MATÉRIA LECIONADA	OBSERVAÇÕES			
1								1	5	11	Geometria - generalizada			
2								2	4	12	11 - - - - -			
3								3	6	13	12 - - - - -			
4								4	6	14	13 - - - - -			
5								5	5	15	14 - - - - -			
6								6	7	16	15 - - - - -			
7								7	5	17	16 - - - - -			
8								8	10	18	17 - - - - -			
9								9	10	19	18 - - - - -			
10								10	6	20	19 - - - - -			
11								11	6	21	20 - - - - -			
12								12	5	22	21 - - - - -			
13								13	7	23	22 - - - - -			
14								14	7	24	23 - - - - -			
15								15	4	25	24 - - - - -			
16								16	5	26	25 - - - - -			
17								17	6	27	26 - - - - -			
18								18	9	28	27 - - - - -			
19								19	4	29	28 - - - - -			
20								20	9	30	29 - - - - -			
21								21	9	31	30 - - - - -			
22								22	10					
23								23	8					
24								24	6					
25								25	10					
26								26	10					
27								27	7,5					
28								28	0					
29								29	7					
30								30	5					
31								31	8,5					
32								32	8,5					
33								33	4					
34								34	4					
35								35						
36								36						
37								37						
38								38						
39								39						
40								40						
41								41						
42								42						
43								43						
44								44						
45								45						
46								46						
47								47						
48								48						
49								49						
50								50						
51								51						
52								52						

Fonte: Arquivos da Secretaria do Colégio Taylor-Egídio

Já as páginas dos diários de classe do CTE nos anos 1956 e 1959 (Imagem 4), não precisam ser abertas para ser utilizadas, em razão do formato, que é quadrado. Nas primeiras páginas desses diários, que são denominadas “folha de comparecimento”, há espaço específico para preenchimento do mês, matéria, nome do professor e número de aulas dadas no mês correspondente. Também consta espaço para assinatura do professor, registro do assunto dado e observação.

Imagem 4– Página do Diário de Classe de Matemática do CTE do ano de 1956

Fonte Arquivos da Secretaria do Colégio Taylor-Egídio

A diferença entre os diários de classe do ano de 1956 e os diários do ano de 1959 é que, nas páginas denominadas “folha de comparecimento” das cadernetas do ano de 1959, há espaço para registro do ano, mas não há para número de aulas dadas no mês, tampouco para observações. Depois dessas páginas, as demais são reservadas para informações individuais relacionadas aos estudantes, tais como o nome do aluno²⁶, as faltas de cada mês, havendo, ainda, espaço reservado para anotar número de aulas dadas, a média anual e o número total de faltas. Já nessas páginas de registro de cada aluno, nos diários de classe do ano de 1959, existe espaço para anotações referentes ao total de faltas, média das arguições, 1ª prova, 2ª prova, prova oral e média final.

A Matemática Escolar no curso ginásial do Colégio Taylor-Egídio

A seguir apresentaremos de forma detalhada uma história do ensino da Matemática, contemplando aspectos do desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem dessa disciplina, na década de 50 do século XX, baseada em uma análise dos conteúdos registrados nos diários de classe de Matemática, do Colégio Taylor-Egídio, no período de 1950 a 1959 em relação aos Programas de Matemática expedidos na Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942 para o curso ginásial. Para tanto, tivemos como

²⁶ Para cada aluno era destinada uma página.

critério de análise, confrontar os conteúdos da Matemática descritos nos diários de classe, no período investigado em relação aos conteúdos previstos na Reforma Capanema, expedidos na Portaria Ministerial supramencionada e, também se haviam nos registros destes conteúdos indícios da interligação dos ramos da Matemática.

Faremos a seguir uma análise dos conteúdos descritos nos diários de classe de Matemática dos anos de 1950 e 1951, de acordo com os Programas de Matemática expedidos na Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Percentual dos conteúdos previstos na Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942 registrados nos Diário de Classe de Matemática no Curso Ginásial do Colégio Taylor-Egídio (1950 e 1951)

1ª Série Ginásial	2ª Série Ginásial	3ª Série Ginásial	4ª Série Ginásial
85% do conteúdo da Geometria Intuitiva e 65% dos assuntos da Aritmética Prática.	Todos os conteúdos tanto da Geometria Intuitiva assim como da Aritmética Prática foram registrados.	Todos os conteúdos previstos para a Álgebra e 65% para a Geometria Dedutiva.	50% dos conteúdos da Álgebra e 30% dos assuntos da Geometria Dedutiva.
Para todas as séries do curso ginásial nesse período, não há indícios de interligação dos ramos da Matemática no ensino dos conteúdos da Matemática.			

Fonte: Diários de Classe de Matemática da 1ª à 4ª série ginásial do Colégio Taylor-Egídio

Desenvolver a análise dos registros dos assuntos de Matemática, mesmo nos anos de 1950 e 1951, conforme os Programas de Matemática para o curso ginásial, expedidos pela Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942, foi necessário, porque o novo programa de Matemática para o curso ginásial só foi expedido no ano de 1951, pela Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951. Assim, consideramos que foi preciso um tempo para conhecimento desses novos programas e uma adequação no cenário educacional brasileiro para o ensino secundário.

Acerca dos conteúdos, no que se refere aos registros encontrados, no período de 1950 a 1951, percebemos que houve uma predominância²⁷ da Geometria Intuitiva sobre a Aritmética Prática na 1ª série ginásial. Ao analisarmos o programa de Matemática expedido na Portaria nº 170 no ano de 1942 para essa série, verificamos que os conteúdos da Geometria Intuitiva estão previstos para a 1ª e 2ª unidades, enquanto os

²⁷ Utilizamos a palavra “predominância” para destacar que embora houvesse no Programa de Matemática expedido na Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942 uma divisão dos conteúdos da Matemática em dois blocos: o da Geometria Intuitiva e o da Aritmética Prática, mas a maior quantidade dos registros dos conteúdos da Matemática nos diários de classe de Matemática do CTE foram referente a apenas um dos blocos. Não conseguimos identificar qual o motivo que levou o professor de Matemática do período investigado a desenvolver o processo de ensino da Matemática de tal maneira.

assuntos da Aritmética Prática constam desde a 3^a até a 7^a unidade. Será que não houve tempo necessário durante o ano letivo para cumprir integralmente as cinco unidades para as quais estavam destinados os conteúdos da Aritmética Prática? Será que o docente considerava os conteúdos da Geometria Intuitiva mais relevantes do que os da Aritmética Prática?

Em relação a esses mesmos conhecimentos (Geometria Intuitiva e Aritmética Prática), entretanto com conteúdos diferentes, na 2^a série ginásial houve ensino de forma equivalente. Acerca da 3^a e 4^a séries do curso ginásial, nesse período, embora com percentuais diferentes, a Álgebra prevalece sobre a Geometria Dedutiva. Ao analisarmos o programa de Matemática para a 3^a e 4^a séries, expedido na mesma Portaria (nº 170 do ano de 1942), observamos que, para a 3^a série, de um total de oito unidades, as cinco primeiras foram destinadas aos assuntos da Álgebra, enquanto as três restantes foram destinadas aos conteúdos da Geometria Dedutiva. Acerca do programa da 4^a série ginásial, de um total de nove unidades, as cinco primeiras foram destinadas aos assuntos da Álgebra, enquanto as quatro restantes foram destinadas aos conteúdos da Geometria Dedutiva. De maneira análoga, questionamos se não houve tempo necessário durante o ano letivo para cumprir integralmente as oito ou nove unidades, a depender a série. Será que o docente considerava os conteúdos da Álgebra mais relevantes do que os da Geometria Dedutiva?

De acordo com os Programas de Matemática, expedidos na Portaria nº 170, havia a previsão da oferta da Geometria. No entanto, para as primeiras séries do curso ginásial, estava prevista a Geometria Intuitiva e, para a 3^a e 4^a séries, a Geometria Dedutiva. Nesse sentido, após analisar os percentuais de registros dos conteúdos da Geometria que foram registrados, nos anos de 1950 e 1951, notamos que, somente para a 3^a e 4^a séries do curso ginásial, estes percentuais diminuem. O que levou o professor de Matemática do período a considerar mais relevante o ensino da Geometria Intuitiva do que o da Geometria Dedutiva? Seria talvez a sequência dos conteúdos estabelecidos nos programas em conformidade com as séries? Ou será que a quantidade desses assuntos também conduziu para esses resultados?

Em relação aos conteúdos de Matemática registrados nos diários de classe, identificamos que, em todas as séries (1^a, 2^a, 3^a e 4^a), eles seguiam a estrutura do programa publicado na Portaria nº 170 de 11/07/1942. Um fato interessante observado é que, embora os assuntos estivessem em conformidade com os programas, apenas na 4^a série ginásial do ano de 1950, foi ministrado o conteúdo Funções (Imagem 5), assunto

Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951. Percebemos que a adaptação ao programa da Portaria Ministerial nº 1045 do ano de 1951 foi feita aos poucos, ano a ano, série a série. Dessa maneira, foi necessário analisar os conteúdos de Matemática registrados nos diários de classe, no período mencionado, utilizando ambos os programas.

Para a 1ª série ginásial, a partir do ano de 1952, os conteúdos de Matemática já estavam em conformidade com a Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951. Ao analisar esses registros, no período de 1952 a 1954, percebemos que 80% dos assuntos de Matemática previstos foram registrados, embora alguns tópicos de determinados assuntos não tenham sido muito explorados. Verificamos uma provável preocupação em contemplar todos os conteúdos.²⁸

Para a 2ª série ginásial, foram registrados os conteúdos do Programa de Matemática de acordo com a Portaria Ministerial nº 1045 a partir do ano de 1953. Assim, no ano de 1952, ainda conforme a Portaria Ministerial nº 170 de 11/07/1942, foram registrados 100% dos conteúdos relacionados à Geometria Intuitiva e 65% dos conteúdos da Aritmética Prática, ou seja, houve uma predominância da Geometria Intuitiva sobre a Aritmética Prática. Nos anos de 1953 e 1954, em conformidade com a Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951, quase todos os conteúdos do Programa de Matemática foram registrados, com exceção apenas dos assuntos Binômio Linear, Equações e Inequações do 1º grau com uma Incógnita e Sistemas Lineares.

Para a 3ª série ginásial, no período de 1952 a 1954, foram registrados os conteúdos do Programa de Matemática de acordo com a Portaria nº 170 de 11/07/1942. Nos anos de 1952 e 1953, identificamos que 100% dos conteúdos da Álgebra foram registrados. Notamos que, no ano de 1954, os registros dos assuntos da Álgebra correspondem a, apenas, 40%. No que se refere aos conteúdos da Geometria Dedutiva, foram registrados 65% durante todo o período.

Para a 4ª série ginásial, no período de 1952 a 1954, foram registrados os conteúdos do Programa de Matemática de acordo com a Portaria nº 170 de 11/07/1942. No ano de 1952, identificamos que 70% dos conteúdos da Álgebra foram registrados, enquanto, dos assuntos da Geometria Dedutiva, apenas 35% foram registrados. Nos anos de 1953 e 1954, os registros dos assuntos da Álgebra correspondem a 100% e, da Geometria Dedutiva, a, apenas, 50%.

²⁸ Essa era uma preocupação geral de todos os professores da época em âmbito nacional.

Com relação aos conteúdos registrados nos diários de classe de Matemática no período de 1956 a 1958 (Quadro 2), eles foram analisados de acordo com o Programa de Matemática expedido na Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951:

Quadro 2: Percentual dos conteúdos previstos na Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951 registrados nos Diário de Classe de Matemática no Curso Ginásial do Colégio Taylor-Egídio (1956 – 1958)

1ª Série Ginásial	2ª Série Ginásial	3ª Série Ginásial	4ª Série Ginásial
80% dos conteúdos previstos foram registrados.	80% dos conteúdos previstos foram registrados.	60% dos conteúdos previstos no Programa da Matemática foram registrados. Foram registrados apenas 50% dos assuntos da Geometria.	65% dos conteúdos previstos no Programa da Matemática foram registrados. Foram registrados somente 45% dos conteúdos da Geometria.
Para todas as séries do curso ginásial nesse período, não há indícios de interligação dos ramos da Matemática no ensino dos conteúdos da Matemática.			

Fonte: Diários de Classe de Matemática da 1ª à 4ª série ginásial do Colégio Taylor-Egídio

Dos anos de 1956 a 1958, não foram encontrados diários de classe referentes ao ano de 1957. Identificamos que, na 1ª e 2ª séries do curso ginásial, foram registrados 80% dos conteúdos previstos no Programa de Matemática para o curso ginásial, expedido na Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951. Já para a 3ª e 4ª séries do curso ginásial, no que se refere aos assuntos da Geometria previstos no Programa de Matemática da Portaria Ministerial nº 1045 do ano de 1951, somente foram registrados cerca de 50% desses conteúdos.

Percebemos que embora fosse o mesmo professor de Matemática nos anos de 1956 a 1958 para todas as séries (1ª, 2ª, 3ª e 4ª) do curso ginásial, esse docente registrou um percentual significativo de conteúdos ministrados no ensino da Matemática apenas para a 1ª e 2ª série do curso ginásial, pois para a 3ª e 4ª os índices contemplam cerca de 60% a 65% dos conteúdos previstos no Programa de Matemática expedidos na Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951. Ademais, no que se refere aos conteúdos da Geometria, o percentual é bastante reduzido somente para as 3ª e 4ª séries. Observamos o Programa de Matemática (nº 1045 de 14/12/1951) para a 3ª série do curso ginásial que, dos 4 tópicos dos conteúdos previstos, 3 são relacionados com a geometria, contendo 16 subtópicos a serem desenvolvidos o processo de ensino/aprendizagem direcionados a este ramo da matemática. Nesse mesmo programa para a 4ª série do curso ginásial dos 3 tópicos dos conteúdos previstos, 2 estão vinculados a geometria e,

nesses tópicos constam 12 subtópicos a serem desenvolvidos no processo de ensino/aprendizagem da Matemática direcionados a este ramo.

Será que diante da quantidade de assuntos, o professor do período não tinha tempo suficiente para ministrar todos os conteúdos previstos no Programa de Matemática? Percebemos também que, de acordo com o Programa de Matemática (nº 1045 de 1951), o ensino da geometria era mais explorado (maior quantidade de conteúdos) nas 3ª e 4ª séries do curso ginásial. Além disso, os conteúdos vinculados à geometria sempre estavam listados no final do programa estabelecido. Será que essa estrutura de quantidade de conteúdos, organização e sequência não conduziu para esses resultados? Sobre conteúdos que foram registrados nos diários de classe, nos anos de 1959 e 1960, é preciso ainda mencionar que os diários de classe de Matemática da 1ª e 2ª séries do curso ginásial do ano de 1959 não foram encontrados nos arquivos do Colégio Taylor-Egídio. Logo, faremos análise, do ano de 1959, apenas dos conteúdos de Matemática registrados na 3ª e 4ª séries e todas as séries (1ª, 2ª, 3ª e 4ª) no ano de 1960 (Quadro 3).

Quadro 3: Percentual dos conteúdos previstos na Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951 registrados nos Diário de Classe de Matemática no Curso Ginásial do Colégio Taylor-Egídio (1959 – 1960)

1ª Série Ginásial (1960)	2ª Série Ginásial (1960)	3ª Série Ginásial (1959 e 1960)	4ª Série Ginásial (1959 e 1960)
75% dos conteúdos previstos no Programa da Matemática foram registrados.	Constam 50% dos conteúdos previstos no Programa da Matemática. Não foram registrados conteúdos de Binômio Linear; Equação e Inequações do 1º Grau com uma Incógnita e Sistemas Lineares.	Constam 60% dos conteúdos previstos no Programa da Matemática. Foram registrados apenas 50% dos assuntos da Geometria.	65% dos conteúdos previstos no Programa da Matemática foram registrados. No que se refere aos conteúdos da Geometria foram registrados somente 60%.
Para todas as séries do curso ginásial nesse período não há indícios de interligação dos ramos da Matemática no ensino dos conteúdos da Matemática.			

Fonte: Diários de Classe de Matemática da 1ª à 4ª série ginásial do Colégio Taylor-Egídio

Nos anos de 1959 e 1960, identificamos que, em conformidade com o Programa de Matemática para o curso ginásial expedido na Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951, na 3ª e 4ª séries, foram registrados cerca de 50% dos conteúdos da Geometria. Além disso, notamos, nos registros dos diários de classe da 2ª série ginásial, uma porcentagem de apenas 50%, que consideramos relativamente pequena em relação

às outras séries do curso ginásial, onde identificamos de 60% a 75% de registros em conformidade com o Programa de Matemática da Portaria nº 1045/1951.

Acerca dos registros que constam nos diários de classe de Matemática, identificamos que nos anos de 1960 do século XX, o ensino da Matemática no CTE foi mais explorado em conformidade com o Programa de Matemática previsto na Portaria de 1951 apenas na 1ª série do curso ginásial, já que o percentual registrado de conteúdos foi maior somente nesta série. O que pode ter ocorrido com o desenvolvimento do ensino da matemática nas outras séries do curso ginásial? Quais os prováveis problemas ou razões pelo qual o professor de Matemática do período em questão pode ter vivenciado em sua prática nestas séries (2ª, 3ª e 4ª séries) do curso ginásial para tal resultado?

De maneira análoga ao período de 1956 a 1958, para os anos de 1959 e 1960, no que se refere aos conteúdos da Geometria percebemos que, o percentual é bastante reduzido para as 3ª e 4ª séries, uma vez que esses índices contemplam cerca de 60 a 65% dos conteúdos previstos no Programa de Matemática expedidos na Portaria Ministerial nº 1045 de 14/12/1951. Como esse aspecto relacionado ao ensino de geometria não houve novas percepções em relação ao período anterior (1956-1958), logo, teremos como análise as mesmas reflexões e indagações (perguntas) explicitadas depois da apresentação do “Quadro 2”.

Considerações Finais

No período de 1950 a 1952, percebemos, no desenvolvimento do processo de ensino da Matemática, uma predominância dos conteúdos da Geometria Intuitiva em relação aos da Aritmética Prática, no que se refere às primeiras séries do curso ginásial. Com relação às duas últimas séries do curso ginásial, notamos que os assuntos da Álgebra prevaleciam sobre os da Geometria Dedutiva.

Ao longo dos anos de 1950, constatamos que, no Colégio Taylor-Egídio, os percentuais de registros nos diários de classe da Matemática dos conteúdos da Geometria, mais especificamente na 3ª e 4ª séries do curso ginásial, sempre diminuem em relação aos percentuais dos registros dos assuntos desse mesmo ramo da matemática na 1ª e 2ª séries do mesmo curso.

Com a análise dos diários de classe de Matemática do Colégio Taylor-Egídio, verificamos que os conteúdos registrados seguem os Programas de Matemática

expedidos na Portaria nº 170 de 11/07/1942 e da Portaria nº 1045 de 14/12/1951, ou seja, mesmo em meados da década de 50 do século XX, ainda havia, no currículo da Matemática escolar, vestígios da Reforma Capanema, que acontecera nos anos de 1940.

Referências

CHERVEL, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CRABTREE, A. R. (1962). História dos Batistas do Brasil até 1906. 2. ed. I vol. Rio de Janeiro, Departamento de Estatística e História da Casa Publicadora do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.opbcb.org/biblioteca/>>. Acesso em 20 Jul. 2014.

DASSIE, B. A. (2001). A matemática do curso secundário na Reforma Capanema. 2001. 170 f. Dissertação de Mestrado em Matemática, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Diários de classe das quatro séries do curso ginásial, Colégio Taylor-Egídio 1950-1959.

HARRISON, H. B. (1987). Os Bagby do Brasil: uma contribuição para o estudo dos primórdios em terras brasileiras. Rio de Janeiro, Junta de Educação Religiosa e Publicação. Disponível em: <<http://www.opbcb.org/biblioteca/>>. Acesso em 20 Jul. 2014.

JULIA, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP. SBHE/Editores Associados, n. 1, p. 9-43, jan./jun.

MARQUES, A. S. (2005). Tempos Pré-modernos: a matemática escolar dos anos 1950. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O Jornal Batista.(1901). Acervo Digital. 1901. Disponível em: <<http://www.batistas.com>>. Acesso em 04 ago. 2014.

O Jornal Batista. (1992). Acervo Digital. 1992. Disponível em: <<http://www.batistas.com>>. Acesso em 04 ago. 2014.

SOARES, F. S; DASSIE, B. A; ROCHA, J. L. (2004). Ensino de matemática no século XX – da Reforma Francisco Campos à Matemática Moderna. *Horizontes*. Bragança Paulista, v. 22, n. 1, p. 7-15, jan./jun. Disponível em: <<http://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes>>. Acesso em 26 set. 2014.